



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

Presidência

Termo de Cooperação Técnica Nº 02/ 2023

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (FAPUR) COM INTERVENIÊNCIA EXECUTORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ), E CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PRODERJ) NA FORMA ABAIXO:

PARTÍCIPIES:

Partícipe 1: PRODERJ CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 30.121.578/0001-67, com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20051-011, neste ato representado por seu Presidente Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, carteira de identidade número 5221234 Ministério Marinha, inscrito no CPF/ME sob o número 000.803.557-14, nos termos do ato de delegação conforme Decretos de 08 de julho de 2022, DOERJ n.º 124-A, daqui por diante designado PRODERJ;

Partícipe 2: FAPUR FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 01.606.606/0001-38, com sede na BR 465, Km 7, Rua UO, Campus Universitário, CEP: 23897-035, Seropédica - RJ, neste ato representada conjuntamente por seu(sua) Presidente, Armando Sales, carteira de identidade número 29.260.727-2 DETRAN-RJ, inscrito no CPF/ME sob o número 164.050.567-91, nos termos do Ato de Nomeação conforme Ata da Reunião do Conselho Superior da FAPUR, de 01 de julho de 2020, doravante denominada FAPUR;

Interveniente Executora: UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 29.427.465/0001-05, com sede na Rodovia BR 465 – KM 7 – Seropédica – CEP 23.897-000, neste ato representada conjuntamente por seu reitor, Roberto de Souza Rodrigues, carteira de identidade número 082389016 – IFP - RJ, inscrito no CPF sob o número 014.193.637-19 nos termos do Ato de Nomeação conforme decreto de 30 de março de 2021, publicada da Seção Atos do poder executivo do Diário Oficial do(a) Ministério da Educação de 31 de março de 2021, doravante denominada UFRRJ.

Os Partícipes supracitados ajustaram, e por este instrumento celebram **TERMO DE COOPERAÇÃO PARA O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E ATUALIZAÇÃO EM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS SERVIDORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominado simplesmente “Termo”, que será regido de forma incondicional e

irrestrita pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e demais legislações específicas aplicáveis, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021), o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Emenda Constitucional n.º 85/15, Lei n.º 10.973/2004, Lei n.º 13.243/2016, Decreto n.º 9.283/2018 e Lei n.º 8.958/1994), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018) e com direcionamento do Parecer n.º 15, de 2013, da Advocacia Geral da União (AGU), no que couber, bem como pelo Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, e de Termo com as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por objeto a cooperação técnica entre os PARTÍCIPES para desenvolver o Programa de Capacitação de Servidores Públicos de Tecnologia de Informação e Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, denominado PROGRAMA ACADEMIA PRODERJ - 2023, a ser executado nos termos do Plano de Trabalho, anexo, visando à transferência de recursos financeiros através do Interveniente, à gestão administrativa, financeira e sua execução técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

2.2. O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos com o presente Termo de Cooperação Técnica apresentando o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalhando as atividades e as atribuições de cada um dos envolvidos, a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como o cronograma físico-financeiro do projeto, a fim de possibilitar a fiel consecução do objeto deste termo, estabelecendo objetivos, metas e indicadores.

2.3. Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a UFRRJ mediante a participação financeira da FAPUR, fomentará/executará as atividades contidas no objeto desse Termo conforme o Plano de Trabalho, sob as condições aqui acordadas, sendo parte integrante e indissociável deste Termo.

2.4. Na execução do Plano de Trabalho, a atuação dos PARTÍCIPES dar-se-á sempre de forma associada. Para tanto, os PARTÍCIPES indicam, na forma da alínea c do item 3.1, seus respectivos Coordenadores do Projeto, que serão responsáveis pela supervisão e pela gerência das atividades correspondentes ao Plano de Trabalho.

2.5. Recai sobre os Coordenadores do Projeto, nos termos da alínea c, item 3.1., as responsabilidades técnicas e de articulações correspondentes.

2.6. Situações capazes de afetar diretamente as especificações ou os resultados esperados para o Plano de Trabalho deverão ser formalmente comunicadas pelos Coordenadores de Projeto ao setor responsável, aos quais competirá avaliá-las e tomar as providências cabíveis.

2.7. A impossibilidade quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho que seja devidamente comprovada e justificada acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja Termo entre os PARTÍCIPES quanto à alteração, à adequação ou ao término do Plano de Trabalho e à

consequente extinção deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

3.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades comuns das partes:

- a) Elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Termo;
- b) Executar as ações objeto deste Termo, assim como monitorar os resultados;
- c) Designar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Termo;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Termo;
- e) Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- f) Cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- g) Realizar as medições mensais em conjunto, quando necessário;
- h) Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- i) Permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao Termo, assim como aos elementos de sua execução;
- j) Fornecer a qualquer componente deste Termo as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- k) Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do Termo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes; e
- l) Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula primeira – As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

Subcláusula segunda – A remuneração de colaboradores de quaisquer dos partícipes deverá ser feita mediante depósito em conta bancária previamente informada pelos mesmos e disponibilizada em seu

Portal da Transparência, no prazo de 10 dias, indicando, no mínimo, (i) nome do contratado; (ii) função para a qual foi contratado; (iii) remuneração paga mensalmente; (iv) projeto para o qual foi contratado; (v) local de lotação e (vi) horário de trabalho e carga horária a ser cumprida;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PRODERJ

4.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do PRODERJ:

- a) Transferir os recursos financeiros acordados, segundo o Cronograma Físico-Financeiro constante no Plano de Trabalho, por meio do aporte de recursos financeiros de sua responsabilidade e informar aos parceiros via e-mail no prazo máximo de 24h que a transferência do recurso foi realizada, tendo como referência as entregas, parciais pelas Parceiras planejadas no Projeto 2023/2024;
- b) Colaborar, de acordo com os critérios elencados no plano de trabalho, para que o Termo alcance os objetivos nele descritos;
- c) Prover acesso a UFRRJ e a FAPUR ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI do Estado do Rio de Janeiro;
- d) O PRODERJ receberá da UFRRJ a relação dos inscritos nos cursos para efetuar análise e seleção dos alunos que devolverá à UFRRJ para demais procedimentos;
- e) Registrar em processo específico e único, no Sistema Eletrônico de informações – SEI do estado do Rio de Janeiro todas as atividades relacionadas que dificultaram ou impediram a fiel execução deste Termo;
- f) Análise da medição e avaliação do relatório mensal enviado pela UFRRJ dos cursos ministrados no período; e
- g) Emitir atualização do Cronograma Físico-Financeiro sempre que forem efetuados os pagamentos mensais e encaminhá-lo a UFRRJ para que este seja parte integrante dos respectivos Relatórios de Acompanhamento mensais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FAPUR

5.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da FAPUR:

- a) Aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Termo;
- b) Prestar à UFRRJ informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos moldes deste Termo;
- c) Executar a gestão administrativa e financeira dos recursos transferidos para a execução do objeto deste Termo, em conta específica;

- d) Informar previamente ao PRODERJ os dados bancários e cadastrais necessários à realização dos aportes financeiros, cuidando para que a conta corrente a qual serão destinados os recursos seja específica para o projeto executado em conformidade com este Termo;
- e) Promover o envio das certidões de pagamento atualizadas, na validade constante do documento, no referido processo SEI;
- f) Responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência das atividades vinculadas a este Termo de Cooperação Técnica;
- g) Manter, durante toda a execução do Termo de Cooperação Técnica todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a sua celebração, responsabilizando-se pela boa e integral execução das atividades ora descritas;
- h) Observar todos os princípios que regem a administração pública, em especial os previstos no caput do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 nas aquisições e contratações realizadas, bem como no desenvolvimento de todas as suas ações no âmbito deste Termo de Cooperação Técnica;
- i) Manter registros contábeis, fiscais e financeiros completos e fidedignos relativamente à aplicação dos aportes recebidos do PRODERJ por este Termo de Cooperação Técnica fazendo- o em estrita observância às normas tributário-fiscais em vigor;
- j) Manter, com os recursos do projeto e sob sua coordenação direta, mão de obra qualificada disponível, quando necessária, para a execução das atividades relativas a este Termo de Cooperação Técnica e ao Plano de Trabalho;
- k) Realizar contratação de colaboradores por meio de processo seletivo simplificado caracterizado por critérios objetivos e impessoais, visando sempre o princípio da transparência e da moralidade, assim como cumprir integralmente os ditames da Lei Estadual nº 6.901/14;
- l) Providenciar a remuneração dos colaboradores, conforme previsto em orçamento específico aprovado, em conformidade, ainda, com o art. 4º da Lei nº 8.958/1994;
- m) Cumprir todas as normas pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro, em especial as trabalhistas, previdenciárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados e/ou contratados, durante a execução do Projeto objeto do Plano de Trabalho, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre esses empregados, funcionários, servidores ou contratados da FAPUR e PRODERJ ou as demais convenientes, cabendo a FAPUR a responsabilidade exclusiva pelos salários e todos os ônus trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações trabalhistas ajuizadas, e por quaisquer autos de infração, e ainda, fiscalização do Ministério do Trabalho e da Previdência Social a que a FAPUR der causa, com relação a toda a mão de obra por ela contratada em decorrência do presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UFRRJ

6.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da UFRRJ:

- a) Aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Termo;
- b) Manter rigoroso controle das despesas efetuadas e dos respectivos comprovantes com vistas à prestação de contas da execução do objeto deste Termo;
- c) Prestar ao(s) parceiro(s) informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos moldes desse Termo;
- d) Monitorar, avaliar e prestar contas nos termos deste documento;
- e) Manter, durante toda a execução do Termo de Cooperação Técnica todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a sua celebração, responsabilizando-se pela boa e integral execução das atividades ora descritas;
- f) Manter, com os recursos do projeto e sob sua coordenação direta, mão de obra qualificada disponível, elaboração e fornecimento de material pedagógico/didático, quando necessária, para a execução das atividades relativas a este Termo de Cooperação Técnica e ao Plano de Trabalho;
- g) A responsabilidade de todo o processo de inscrição dos alunos nos cursos é da UFRRJ, devendo esta enviar ao PRODERJ a lista dos inscritos para que seja feita a seleção dos mesmos e posterior devolução à UFRRJ para dar continuidade aos procedimentos;
- h) Todos os certificados de conclusão dos cursos serão emitidos com a chancela da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ);
- i) Elaborar relatório mensal de acompanhamento e enviar ao PRODERJ contendo:
- I - Um breve resumo do plano de trabalho com a proposta e os valores propostos inicialmente;
 - II - Cronograma acadêmico contendo os cursos que serão executados com as respectivas cargas horárias;
 - III - Cursos que foram divulgados, em andamento e finalizados no referido mês contendo as datas de início e término das aulas, a quantidade de aula que estão previstas, dias da semana e horário que serão ministrados;
 - IV - Listas de frequência dos cursos em andamento no respectivo período;
 - V - Comprovante de que as aulas estão sendo devidamente ministradas;
 - VI - Medições enviadas pela UFRRJ dos cursos ministrados no respectivo período; e
 - VII - Cronograma físico-financeiro emitido pelo PRODERJ
- j) Elaborar relatório de feedbacks dos alunos e sugestões de melhoria de cada curso e, remetê-lo ao PRODERJ em até 15 (quinze) úteis após o término dos cursos, permanecendo a critério da parceira tecer comentários ou parecer técnico sobre o referido relatório.

Subcláusula primeira – Compete a parceira a compensação de aulas em data subsequente a da aula perdida, desde que a compensação não ocorra nos mesmos dias estabelecidos para a aula constante do cronograma, ressalvados os dias não úteis, devendo, nesse cenário, a parceira compensar as aulas no dia útil subsequente.

Subcláusula segunda – As avaliações, atividades extracurriculares ou, qualquer outro meio utilizado para aferição dos requisitos necessários para obtenção de certificado devem ser contemplados no cronograma do curso, ficando a parceira responsável por sanar os eventuais contratemplos decorrentes de procedimentos contrários ao aqui citado e, remeter o desfecho de cada caso ao PRODERJ.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

7.1. No prazo de 15 dias a contar da celebração do presente Termo, cada partícipe designará formalmente, mediante portaria, preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar o Termo; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Subcláusula primeira – Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda – Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 15 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. O PRODERJ transferirá recursos financeiros no valor total de R\$ 145.091,41 (cento e quarenta e cinco mil, noventa e um reais e quarenta e um centavos), conforme cronograma físico-financeiro de desembolso constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo.

8.2. Os valores especificados no item acima serão recebidos pela FAPUR no Caixa Econômica Federal na Agência 3071 e Conta Corrente 4126-2, conforme informado pela 2ª Partícipe.

8.3. O PRODERJ efetuará os aportes financeiros previstos no Plano de Trabalho através de depósitos em conta corrente especificada no item 8.2, servindo o comprovante da operação bancária como recibo, para fins de direito, do repasse dos recursos financeiros previstos por este Termo;

8.4. Observadas as demais disposições previstas neste Termo de Cooperação Técnica os PARTÍCIPES acordam, desde já, que os valores mencionados no Plano de Trabalho são estimados com base nas premissas e termos especificados no mencionado Anexo.

8.5. Qualquer aumento ao orçamento do Plano de Trabalho executado por este Termo de Cooperação Técnica que torne necessário o aporte de recursos adicionais pelo PRODERJ deverá ser prévia e formalmente analisado e aprovado pelos Partícipes, devendo ser implementado tão somente após celebração de termo aditivo a este Termo de Cooperação Técnica.

8.6. Os valores dos recursos financeiros previstos nesta cláusula poderão ser alterados por meio de termo

aditivo, com as necessárias justificativas e de comum Termo entre os PARTÍCIPES, o que implicará a revisão das metas pactuadas e a alteração do Plano de Trabalho.

8.7. O PRODERJ deverá comunicar à FAPUR as transferências financeiras até o primeiro dia útil seguinte à(s) data(s) do (s) depósito(s) bancário(s). Fica na responsabilidade da FAPUR informar a UFRRJ sobre a transferência financeira realizada, conforme prevê o item 5.1, alínea “b”.

8.8. Os recursos transferidos à FAPUR, enquanto não utilizados, seguirão as normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no que tange à aplicação, rendimentos e outras formas de correção assim como os normativos estaduais orientados nesse sentido.

8.9. A UFRRJ e FAPUR não disponibilizarão recursos orçamentários e financeiros próprios na execução deste Termo de Cooperação Técnica, suspendendo sua execução, caso o repasse não seja efetivado conforme previsto no Plano de Trabalho.

8.10. Os valores dos recursos financeiros previstos nesta cláusula poderão ser alterados por meio de termo aditivo, com as necessárias justificativas e de comum Termo entre os PARTÍCIPES, o que implicará na revisão das metas pactuadas das metas pactuadas e atualização do Plano de Trabalho.

8.11. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categoria de programação para outra poderão ocorrer com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades de capacitação.

8.12. São dispensáveis de formalização por meio de Termo Aditivo as alterações previstas no item 8.9 que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

8.13. Alterações na distribuição entre grupos de natureza de despesa e alterações de rubricas ou itens de despesas, necessárias para efetiva execução do projeto, ficarão dispensadas de prévia anuência do PRODERJ, hipótese em que o coordenador do projeto solicitará a alteração à UFRRJ, devendo constar as razões que ensejaram as alterações, indicando a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

8.14. A UFRRJ não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS HUMANOS

9.1. Cada PARTÍCIPE se responsabiliza, individualmente, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados, servidores, administradores, prepostos e/ou contratados, que colaborarem na execução do objeto deste Termo, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza com os PARTÍCIPES, cabendo a cada um a responsabilidade pela condução, coordenação e remuneração de seu pessoal, e por administrar e arquivar toda a documentação comprobatória da regularidade na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA

10.1. Todos os dados, técnicas, tecnologia, know-how, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual de um parceiro que este venha a utilizar para execução do Projeto continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro parceiro cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

10.2. Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Termo de Cooperação Técnica deverá ter a sua propriedade compartilhada entre as duas convenientes, na mesma proporção em que cada instituição contribuiu com recursos humanos, além do conhecimento pré-existente aplicado, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da lei nº 10.973/2004.

10.3. Eventuais impedimentos de um dos Partícipes não prejudicará a titularidade e/ou a exploração dos direitos da Propriedade Intelectual pelos demais.

10.4. As Partes devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como direitos de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DIVULGAÇÃO E DAS PUBLICAÇÕES

11.1. Os PARTÍCIPIES concordam em não utilizar o nome do outro PARTÍCIPE ou de seus empregados em qualquer propaganda, informação à imprensa ou publicidade relativa ao contrato ou a qualquer produto ou serviço decorrente deste, sem a prévia aprovação por escrito da PARTE referida, salvo as artes confeccionadas para divulgação dos cursos constantes no Plano de Trabalho referentes a este Termo.

11.2. Fica vedado aos PARTÍCIPIES utilizar, no âmbito deste Termo de Cooperação Técnica nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

11.3. Os PARTÍCIPIES não poderão utilizar o nome, logomarca ou símbolo um do outro em promoções e atividades afins alheias ao objeto deste Termo, sem prévia autorização do respectivo PARCEIRO sob pena de responsabilidade civil em decorrência do uso indevido do seu nome e da imagem.

11.4. As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais, relacionados com os recursos do presente Termo, deverão mencionar expressamente o apoio recebido dos PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

12.1. Os PARTÍCIPIES adotarão todas as medidas necessárias para proteger o sigilo das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS recebidas em função da celebração, desenvolvimento e execução do presente Termo de Cooperação Técnica inclusive na adoção de medidas que assegurem a tramitação do processo, não as divulgando a terceiros, sem a prévia e escrita autorização da outro PARTÍCIPE.

12.2. Os PARTÍCIPIES informarão aos seus funcionários e prestadores de serviços e consultores que necessitem ter acesso às informações e conhecimentos que envolvem o objeto do Termo, acerca das obrigações de sigilo assumidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

12.3. Os PARTÍCIPIES farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba informações confidenciais, assuma o compromisso de confidencialidade, por meio assinatura de Termo de Confidencialidade.

12.4. Não haverá violação das obrigações de CONFIDENCIALIDADE previstas no Termo de Cooperação Técnica nas seguintes hipóteses:

12.4.1. Informações técnicas ou comerciais que já sejam do conhecimento das PARTES na data da divulgação, ou que tenham sido comprovadamente desenvolvidas de maneira independente e sem relação com o Termo pela PARTÍCIPE que a revele;

12.4.2. Informações técnicas ou comerciais que sejam ou se tornem de domínio público, sem culpa do(s) PARTÍCIPIES(S);

12.4.3. Qualquer informação que tenha sido revelada somente em termos gerais, não será considerada de conhecimento ou domínio público.

12.4.4. Revelação expressamente autorizada, por escrito, pelos PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTICORRUPÇÃO

13.1. Os PARTÍCIPIES deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios de civilidade e legalidade, e de Termo com as boas práticas da gestão pública para cumprir e assegurar que (i) seus conselheiros, diretores, empregados qualquer pessoa agindo em seu nome, inclusive prepostos e subcontratados, quando houver (todos doravante referidos como “Partes Relacionadas” e, cada uma delas, como “uma Parte Relacionada”) obedecerão a todas as leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como àquelas relativas a sanções econômicas, vigentes nas jurisdições em que os PARTÍCIPIES estão constituídos e na jurisdição em que o Termo de Cooperação Técnica será cumprido (se diferentes), para impedir qualquer atividade fraudulenta por si ou por uma Parte Relacionada com relação ao cumprimento deste Termo de Cooperação Técnica.

13.2. Um PARCEIRO deverá notificar imediatamente o outro sobre eventual suspeita de qualquer fraude tenha ocorrido, esteja ocorrendo, ou provavelmente ocorrerá, para que sejam tomadas as medidas necessárias para apurá-las.

13.3. Os PARTÍCIPIES obrigam-se a observar rigidamente as condições contidas nos itens abaixo, sob pena de imediata e justificada rescisão do vínculo deste Termo.

13.4. Os PARTÍCIPIES declaram-se cientes de que seus Departamentos Jurídicos e/ou advogados contratados estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos dessa cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis à cada hipótese:

a) Os PARTÍCIPIES não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer nenhum tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor de outro PARTÍCIPE, especialmente àqueles responsáveis pela fiscalização do presente Termo. Serão admitidos apenas, em épocas específicas, a entrega de brindes, tais como canetas, agendas, folhinhas, cadernos etc;

b) Os PARTÍCIPES somente poderão representar outro PARTÍCIPE perante órgãos públicos quando devidamente autorizado para tal, seja no corpo do próprio Termo, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;

c) Os PARTÍCIPES e seus prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste Termo perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes, vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento para os PARTÍCIPES;

d) Os PARTÍCIPES, quando agirem em nome ou defendendo seus interesses, não poderão fornecer informações sigilosas a terceiros ou a agentes públicos, mesmo que isso venha a facilitar, de alguma forma, o cumprimento desse Termo;

e) Os PARTÍCIPES, ao tomar conhecimento de que alguns de seus prepostos descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntas, elaborem e executem um plano de ação para (i) afastar o preposto imediatamente; (ii) evitar que tais atos se repitam e (iii) garantir que o Termo tenha condições de continuar vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E DA AFERIÇÃO DE RESULTADO

14.1. Aos coordenadores, indicados pelos PARTÍCIPES competirão dirimir as dúvidas que surgirem na execução, no monitoramento, na avaliação e na prestação de contas e de tudo darão ciência às respectivas autoridades.

14.2. O coordenador do projeto indicado pela UFRRJ anotarará, em registro próprio, informando aos demais PARTÍCIPES, as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, recomendando as medidas necessárias à autoridade competente para regularização das inconsistências observadas.

14.3. O acompanhamento do projeto pelos coordenadores não exclui nem reduz a responsabilidade dos PARTÍCIPES perante terceiros.

14.4. Competirá ao PRODERJ o acompanhamento da execução do projeto por meio da análise do relatório mensal enviado pela UFRRJ, conforme especificado no item 6.1, alínea i.

14.5. A impossibilidade técnica ou pedagógica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja Termo entre os PARTÍCIPES quanto à alteração, à adequação ou término do Plano de Trabalho e consequente extinção deste Termo.

14.6. Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público, obtidos em decorrência do ajuste, mediante elaboração de relatório conjunto de execução de atividades, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 30 dias após o encerramento.

Subcláusula primeira – Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda – Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 15 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

15.1. O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará até 31 de dezembro de 2023, a partir da data de sua assinatura, prorrogáveis.

15.2. Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo, com as respectivas alterações no Plano de Trabalho, exceto quanto ao seu objeto, mediante a apresentação de justificativa técnica e respectivos ajustes no cronograma de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

16.1. As cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas mediante celebração de termo aditivo.

16.2. A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito, dentro da vigência do instrumento.

16.3. É vedado o aditamento do presente Termo com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

16.4. São dispensáveis de formalização por meio de Termo Aditivo as alterações que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO ENCERRAMENTO

17.1. O presente termo de cooperação técnica será extinto:

- a) Por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) A qualquer tempo, por denúncia de quaisquer dos PARTÍCIPES, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros entre os PARTÍCIPES, creditando eventuais benefícios adquiridos no período.
- c) Por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado;
- d) Por rescisão.

Subcláusula única – Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA RESCISÃO

18.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, pelos seguintes motivos:

- a) Quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabiliza o alcance do resultado do presente Termo de Cooperação Técnica;
- b) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, capaz de gerar a inexecução integral do Plano de Trabalho;
- c) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste Termo;
- d) O descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou;
- e) A superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável o Termo de Cooperação Técnica.

18.2. Em se tratando de rescisão do presente instrumento com base no motivo exposto na alínea b deste item, fica dispensada a prévia comunicação formal de que trata o caput do item 18.1, devendo o partícipe que suscitar o motivo fazê-la no momento oportuno, respeitado o prazo de 15(quinze) dias corridos após a rescisão deste Termo de Cooperação Técnica.

18.3. Imputam-se aos PARTÍCIPEs as responsabilidades pelas obrigações até então assumidas, devendo o PARTÍCIPE que se julgar prejudicado notificar o PARTÍCIPE para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

18.4. Prestados os esclarecimentos, os PARTÍCIPEs deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Termo.

18.5. Decorrido o prazo para esclarecimentos, caso não haja resposta, o Termo será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

Subcláusula primeira – O presente Termo de Cooperação Técnica será rescindido em caso de decretação de falência, liquidação extrajudicial ou judicial, ou insolvência de qualquer dos PARTÍCIPEs, ou, ainda, no caso de propositura de quaisquer medidas ou procedimentos contra qualquer dos PARTÍCIPEs para sua liquidação e/ou dissolução;

Subcláusula segunda – O presente Termo será extinto com o cumprimento do objeto ou com o decurso de prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação do extrato do presente Termo de Cooperação Técnica nos Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro e da União são de responsabilidade dos PARTÍCIPIES, cada um em sua respectiva esfera, sendo esta condição indispensável para sua eficácia e, no caso da publicação no DOU, será providenciada pelo PRODERJ no prazo de até 20 (vinte) dias da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS NOTIFICAÇÕES

20.1. Qualquer comunicação ou notificação relacionada ao Termo de Cooperação Técnica poderá ser feita pelo PRODERJ, UFRRJ e FAPUR, por e-mail, correspondências entregues pessoalmente, protocolados no respectivo endereço ou pelos Correios, fazendo estes parte da instrução do processo SEI estadual referente a este TCT diretamente, conforme as seguintes informações:

20.1.1. UFRRJ: BR-465, Km 7 Seropédica-Rio de Janeiro, CEP: 23.897-000; (21) 2681-4610 / 2681-461; gabinete@ufrj.br;

20.1.2. PRODERJ: Rua da Conceição, 69, 24º e 25º andares Centro, 20051-011, Rio de Janeiro, (21) 2333-0234, presidencia@proderj.rj.gov.br;

20.1.3. FAPUR: R. UO, BR 465 - KM 47 - Ufrj, Seropédica - RJ, 23890-000, (21) 2682-1337, armandosales@fapur.org.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

21.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. É livre o acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionados a esse Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam os PARTÍCIPIES o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

Pelo PRODERTJ:

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE

Pela FAPUR:

ARMANDO SALES
PRESIDENTE

Pela UFRRJ:

ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES
REITOR



Documento assinado eletronicamente por **Armando Sales, Usuário Externo**, em 17/04/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Souza Rodrigues, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, Presidente**, em 18/04/2023, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **50350367** e o código CRC **79425F1C**.